



BRANQUITUDE EM FOCO: ANÁLISE DE IMAGENS GERADAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA COMPREENDER A LÓGICA DA SUPREMACIA BRANCA

Amanda Maria de Sobral Gomes¹

Resumo: O trabalho analisa 47 imagens de dez Inteligências Artificiais (IAs) generativas de texto e imagens, ChatGPT, Gemini, DeepAI, Grok, DeepSeek, Copilot, Dreamina, Perplexity, Claude e Meta AI, a partir de três comandos (*prompts*) que solicitam a representação da branquitude. Também foi solicitado um texto que explique a definição do conceito e a composição racial de suas equipes. Como resultados principais, as IAs descreviam que a branquitude estava relacionada a privilégios raciais, mas traziam imagens de mulheres brancas jovens, natureza, cores claras e texturas na cor branca, retirando o peso simbólico e histórico do termo. No mais, duas IAs se recusaram a criar imagens que representassem raças humanas.

Palavras-Chave: Branquitude; Imagens geradas por IA; Inteligência Artificial; Pacto narcísico da branquitude; Racismo Algorítmico.

WHITENESS IN FOCUS: ANALYSIS OF AI-GENERATED IMAGES TO UNDERSTAND THE LOGIC OF WHITE SUPREMACY

Abstract: The study analyzes 47 images generated by 10 text- and image-generating artificial intelligence (AIs) systems – ChatGPT, Gemini, DeepAI, Grok, DeepSeek, Copilot, Dreamina, Perplexity, Claude, and Meta AI – based on three prompts requesting representations of whiteness. A text explaining the concept's definition and the racial composition of their teams was also requested. As main results, the AIs described whiteness as related to racial privilege; however, they produced images of young white women, nature,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra e Jornalista pela mesma instituição. Integra o Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero (CORAGEM) da UFMG. Pesquisa questões relacionadas a gênero e raça dentro da subcultura gótica, por meio de mídias digitais, e racismo algorítmico. E-mail: amandamaria.amsg@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9525-7106>



light colors, and white textures, thereby stripping the term of its symbolic and historical weight. Furthermore, two AIs refused to create images representing human races.

Keywords: Whiteness; AI-generated images; Artificial Intelligence; Narcissistic pact of whiteness; Algorithmic racism.

INTRODUÇÃO

O trabalho analisa imagens de Inteligências Artificiais generativas (IAs gen), ChatGPT, Gemini, DeepAI, Grok, DeepSeek, Copilot, Dreamina, Perplexity, Claude e Meta AI, utilizando comandos (*prompts*) que solicitam a representação da branquitude. Das dez IAs, DeepSeek e Copilot se recusaram a gerar imagens para o conceito. Dessa forma, foram selecionadas 47 imagens de oito IAs para análise.

O objetivo é relacionar teoricamente os conceitos de governança da *internet* (LESSIG, 2006; SOARES, 2023), branquitude (BENTO, 2022) e racismo algorítmico (NOBLE, 2021; CARRERA, 2021; TRINDADE, 2021; SILVA, 2020, 2022; ASSIS, MOURA, 2025). Como pergunta central, busco articular estes conceitos para entender o reforço de preconceitos, as violências interseccionais (COLLINS, 2019), a invisibilidade e a hipervisibilidade de determinados grupos sociais nos resultados de imagens geradas por IAs (NOBLE, 2021; CARRERA, 2021; SILVA, 2022).

Como metodologia, analiso as 47 imagens a partir de três *prompts*, em que as IAs reproduzem textualmente o conceito de “branquitude”, e pergunto sobre a composição racial da equipe de cada uma. Como principais resultados, a branquitude está associada a mulheres jovens brancas, a paisagens com céu claro, nuvens e animais e à cor branca, por mais que todas as IAs apontem que o conceito está relacionado ao privilégio racial.



GOVERNANÇA DA INTERNET E PACTO NARCÍSICO DA BRANQUITUDE

Com o surgimento e a popularização da *internet*, Lessig (2006) propõe, na década de 1990, a ideia de uma *nova sociedade*, fundada nas tecnologias digitais e pautada na liberdade estatal e no desejo de não-regulamentação da *internet* e de suas plataformas. Possuindo grande protagonismo no Oeste dos Estados Unidos, na região conhecida como Vale do Silício, teve sua primeira geração constituída por pessoas pesquisadoras e *hackers* que focaram na criação e aperfeiçoamento de uma rede descentralizada. Já a segunda geração foi construída pelo comércio, com a criação de *startups* e recebimento de investimentos de grandes empresas, propondo a *internet* como ciberespaço com suas próprias regras e leis. Dessa forma, o ciberespaço reivindicava que os governos/o Estado não pudessem regulá-lo, embora pudessem ameaçá-lo e criarem leis sobre ele. A premissa de que a sociedade iria construir o ciberespaço, de baixo para cima, e não mais o contrário, sendo “[...] uma entidade totalmente autoordenada, livre de governantes e de interferências políticas” (*idem*, p. 3).

Lessig (2006) aponta que há uma mão invisível do ciberespaço, dos governos e do mercado, que busca criar uma arquitetura voltada ao aperfeiçoamento do controle e da regulamentação. O código do ciberespaço, composto por *hardware* e *software*, além de proporcionar a sua funcionalidade, também o regula como ele é, podendo ser entendido como uma lei.

Podemos construir, arquitetar ou codificar o ciberespaço para proteger os valores que acreditamos serem fundamentais. Ou podemos construir, arquitetar ou codificar o ciberespaço para permitir que esses valores desapareçam. Não há meio-termo. Não há escolha que não inclua algum tipo de construção. O código nunca é encontrado; ele é sempre criado, e sempre criado por nós. Como diz Mark Stefk, [...] o código “determina quais pessoas podem acessar quais objetos digitais... Como essa programação regula as interações humanas... depende das escolhas feitas” (LESSIG, 2006, p. 6).

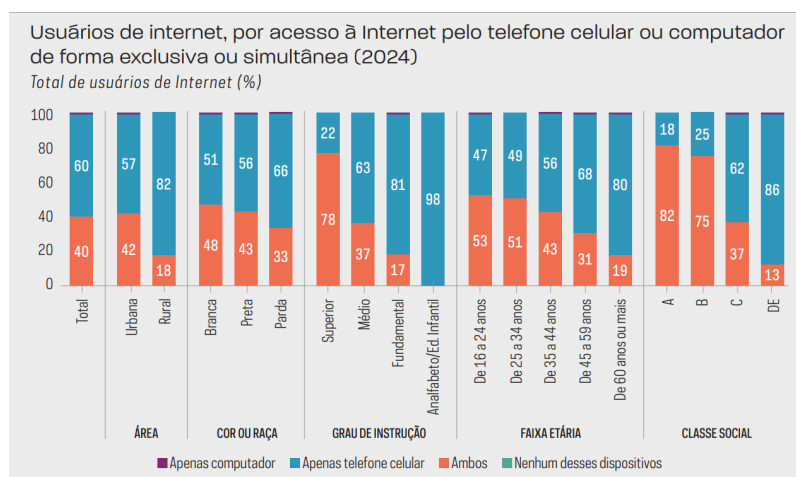


Embora o código, ou as pessoas que o produzem, seja fundamental para produzir novas tecnologias, ainda determina quem e o que será beneficiado ou não. No Brasil, por exemplo, em 2005, apenas 13% da população tinha acesso à *internet*, sendo ela elitizada e disponível apenas para classes altas em grandes cidades industrializadas. Em 2024, 84% da população possuía acesso à *internet*, principalmente por meio de *smartphones*. Esse seria um dado que mostra a democratização do acesso à *internet*, entretanto, há desafios: “60% dos usuários acessaram a *internet* apenas pelo celular [...]. Dos conectados, 73% usam Wi-Fi e redes móveis, 22% dependem apenas de Wi-Fi e 4% só de redes móveis. Entre os planos, 57% são pré-pagos, 20% pós-pagos e 18% no modelo controle” (HELDER, 2024).

De acordo com o gráfico (Figura 1), elaborado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.BR) e disponibilizado por meio da pesquisa de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC DOMICÍLIOS, 2024), 60% da população acessa a *internet* apenas pelo celular, sendo as mulheres as principais (66%). O grupo social que tem acesso pleno a computadores e *smartphones* é a população urbana, branca, com ensino superior, entre 16 e 34 anos, pertencente às classes A e B. O estudo também acrescenta que o maior acesso se dá no sudeste do Brasil.



Figura 1: Usuários de internet, por acesso à Internet pelo telefone celular ou computador de forma exclusiva ou simultânea (2024) Total de usuários de Internet (%).



Fonte: TIC DOMICÍLIOS, 2024.

Para analisar esses dados, é interessante utilizar o conceito de *zero-rating* que entra como uma prática das empresas de tecnologia criarem parcerias e disponibilizarem de forma gratuita o tráfego das pessoas usuárias em suas plataformas, como liberar o uso do WhatsApp e de outras redes sociais da Meta sem descontar do pacote de *internet* das operadoras. O *zero-rating*, embora pareça positivo, tem suas limitações: “Van Schewick (2016) entende que a prática de *zero-rating* distorce a competição, limita a possibilidade de escolha dos usuários, restringe a liberdade de expressão na Internet e prejudica a inovação” (GARCIA E SILVA, MARQUES, 2019, p. 5). Isso se dá ao criar a dependência de pessoas usuárias brasileiras de poucas plataformas multinacionais, criando uma ilusão de escolha.

Cida Bento (2022, p. 52) aborda o mito da neutralidade e objetividade na seleção e contratação de pessoas racializadas. Embora não existam requisitos explícitos em relação à raça nesses processos, o grupo diferente do



cis-masculino e branco é menos contratado. Em um departamento composto por quarenta pessoas brancas, a raça não era discutida, porém, ao serem contratados três funcionários negros, todo o grupo se sentiu ameaçado sob o argumento de enegrecer a empresa e, até mesmo, perderem seus cargos.

Quando isso é rompido pela presença de uma pessoa negra, o grupo se sente ameaçado pelo “diferente”, que por ser na instituição ou no departamento a única pessoa negra, num país majoritariamente negro, expõe os pés de barro do “sistema meritocrático” (BENTO, 2022, p. 52-53).

Pensando no que e quem está por trás dessas tecnologias digitais, é interessante conceituar a *governança da internet*, que refere-se aos processos, princípios e instituições que coordenam e regulam o funcionamento e o desenvolvimento da *internet*, garantindo seu uso como um recurso global. Envolve a participação de diversos atores, incluindo governos, organizações internacionais, setor privado, sociedade civil, academia e a comunidade técnica, que colaboram para decidir questões como acessibilidade, segurança, privacidade, direitos digitais, infraestrutura e padrões técnicos. Nenhuma empresa individualmente pode ser considerada como “governança da *internet*”, pois essa governança é conduzida por múltiplos atores. Porém, algumas empresas têm influência significativa e participam ativamente dos fóruns e processos de governança da Internet devido ao seu papel no ecossistema digital: “[...] na governança da *internet* esta aplicação [políticas públicas] é feita com ausência de pessoas indígenas e africanas em ancestralidade, assim como à revelia de metodologias criadas por nós” (SOARES, 2023, p. 185). Conforme aponta a autora, pessoas racializadas continuam sendo colocadas como o Outro não-branco, ficando em locais marginalizados e de pouca ou nenhuma visibilidade.

Portanto, a nova sociedade, caracterizada por Lessig, ficou conhecida como ideologia do Vale do Silício (SILVA, 2020, 2022), não se consolidando da



mesma forma para todas as pessoas, reservando-se apenas a um grupo específico da sociedade. Tarcízio Silva (2022, 2022) reconhece isso como um ponto inicial para impor a lógica da supremacia branca, colocando padrões eurocêntricos nas tecnologias digitais; precarizando países do Sul global ao explorar seus recursos naturais, sua mão de obra, inviabilizando o desenvolvimento de tecnologias próprias e, conseqüentemente, sua emancipação; além de produzir tecnologias que atingem populações racializadas de formas distintas da branca.

Bento (2022) define o pacto narcísico da branquitude como um combinado não verbalizado e não escrito explicitamente por pessoas brancas para manter seus privilégios socioeconômicos e políticos. É narcísico pela autopreservação do que considerou diferente do normal e universal: ser branco, além de propor o sentimento de ameaça da população branca, ao se verem vítimas do preconceito racial. Além disso, busca justificar as desigualdades interseccionais (COLLINS, 2019), como raça e gênero, por meio da meritocracia, na qual as pessoas brancas ocupam lideranças e cargos de poder porque se esforçaram, e que, para alcançá-los, é necessário se esforçar igualmente. A herança escravocrata que pessoas brancas receberam continua vigente, seja econômica, política ou socialmente, sendo um legado que deve ser mantido e passado às outras gerações. A masculinidade branca entra em foco também pelo constante sentimento de ameaça, provocando respostas violentas, como o nacionalismo, fascismo e neonazismo, além de misoginia, LGBTQIAPN+fobia, entre outras interseccionalidades, que é utilizado como argumento a ameaça de homens brancos cis-héteros pelas minorias sociais.

Os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território. Os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando. Quando se colocam em posição de igualdade, são percebidos como concorrentes (BENTO, 2022, p. 53).



Apesar disso, é perceptível que essa ameaça pode ser considerada apenas mais um reflexo do racismo, uma neurose, pois a maioria das pessoas negras estão em locais de vulnerabilidade e ocupando a base da pirâmide socioeconômica (BENTO, 2022).

RACISMO ALGORÍTMICO

Os algoritmos podem ser definidos como procedimentos matemáticos, utilizando cálculos específicos para gerar sequências estruturadas em prol de resolver problemas específicos, automatizar tarefas repetitivas, ler e armazenar dados e fornecer novas informações a partir de dados de entrada, como comandos ou *prompts*. Para realizar tais tarefas, podem ser necessários bancos de dados, caracterizados como sistemas organizados para armazenar e/ou gerenciar dados. A Inteligência Artificial (IA), por sua vez, seria sistemas autônomos, capazes de reconhecer padrões, aprendê-los e adaptá-los, para atuar na tomada de decisões (GILLESPIE, 2018; SILVA, 2022). Segundo Silva (2022, p. 60), “Na era computacional digital, em sistemas de *big data*, a lógica algorítmica foi expandida a partir da adoção frequente de inteligência artificial (IA) estreita, presente nos sistemas informacionais do cotidiano”.

Silva (2022) utiliza o termo *racismo algorítmico* para abordar: a invisibilização de certos grupos raciais, como excluir a população negra dos resultados de pesquisas sobre “beleza”; a hiper-visibilização desses grupos, como identificar erroneamente pessoas negras como criminosas, por mais que não tenham passagem pela polícia; e a estereotipização do mundo e das pessoas, como representar pessoas, locais e culturas brancas com diversidade e, caso o contrário, haver uma representação limitada. Certamente, os algoritmos e IAs não são os únicos responsáveis por tais resultados.



Devemos considerar a agência humana na criação, produção e resultados, pois as pessoas, como os criadores de grandes empresas de tecnologias, podem seguir a lógica da supremacia branca e foram socializadas em uma sociedade racista, misógina, elitista, entre outras opressões interseccionais, sendo possível perceber isso nos resultados das novas tecnologias digitais, como associar meninas negras à pornografia ou colocar *tags* racistas em fotos de pessoas negras (NOBLE, 2021); alimentar bancos de imagens (que podem ser utilizadas como treinamento em bancos de dados) com fotos, imagens e *tags* que associam pessoas brancas a locais de poder e pessoas negras em locais de pobreza e servidão (CARRERA, 2021); ou até mesmo, solicitar apenas mulheres brancas, magras e jovens para IAs generativas de imagens (SOBRAL-GOMES, 2023).

Dessa forma, por mais que os algoritmos e IAs não possam ser racistas, e sim reproduzir o racismo já existente, em um mundo no qual cada vez mais estão sendo utilizadas essas tecnologias digitais para automatizar tarefas e tomar decisões pelos humanos, seus resultados podem e devem ser questionados, bem como a forma como estão sendo treinadas, pois sua neutralidade e imparcialidade já foi comprovada apenas como uma estratégia comercial ou formas de empresas de tecnologia não se responsabilizarem pelas consequências de suas criações.

Embora as respostas sejam frequentemente percebidas como instantâneas, o interpretante algorítmico gerado é dependente de vários fatores, como o banco de dados utilizado no treinamento, as visões de mundo e os objetivos incorporados ao projeto, além da experiência colateral dos usuários na formulação de prompts e no reconhecimento ou estranhamento da razoabilidade das respostas obtidas (ASSIS, MOURA, 2025, p. 11-12).

Portanto, o racismo algorítmico pode ser entendido como “[...] interfaces e sistemas automatizados, tais como as plataformas de redes sociais, que podem não somente reforçar, mas também ocultar dinâmicas de cunho



racistas das sociedades onde são empregadas e amplamente disseminadas” (TRINDADE, 2021, p. 34). Há o apagamento de pessoas racializadas ou, então, a hipervisibilidade em locais marginalizados.

METODOLOGIA

Segundo Duque-Pereira e Moura (2023), as IAs generativas processam *prompts* (comandos) e geram novos conteúdos, como textos, imagens, vídeos e áudios, utilizando redes neurais, *machine learning* (aprendizado de máquina), Deep Learning (algoritmos de aprendizado profundo), visão computacional (que permite a identificação e interação com imagens, objetos, seres humanos, etc.) entre outras técnicas, que permitem que computadores processem a linguagem natural, ou humana, e que a reproduza de forma coerente.

A partir do exposto, a ideia para o artigo veio de uma experiência como (removido para preservar o anonimato). Para a primeira atividade avaliativa, solicitamos aos estudantes que gerassem imagens para representar conceitos e ideias. Com isso, (removido para preservar o anonimato) me deu a ideia de pesquisar pelo termo “branquitude” e observar os resultados, já alguns estudantes trouxeram conceitos que remetessem à negritude, interseccionalidade e igualdade e receberam imagens que associavam a negritude à escuridão/trevas e desracializavam pessoas brancas ao abordar a raça. Utilizei as IAs mais usadas pela turma, ChatGPT e Gemini, ambos em suas versões gratuitas. Primeiro, no ChatGPT utilizei os comandos “gere uma imagem que represente a branquitude”, “gere uma imagem abstrata para branquitude” e “gere uma imagem 2d para branquitude”, respectivamente (Figura 2).

Figura 2: Imagens geradas pelo ChatGPT.

Fonte: ChatGPT, 2025, motagem da autora.

Após isso, fiquei curiosa sobre como o ChatGPT entendia “branquitude”, então solicitei uma definição textual:

Branquitude é o conjunto de práticas, valores, privilégios e formas de pensar associados a pessoas brancas em uma sociedade estruturada pelo racismo. Não se trata apenas da cor da pele, mas do posicionamento social de quem se beneficia do racismo, muitas vezes sem perceber (CHATGPT, 2025).

Me surgiu a dúvida e perguntei “por que não se trata da cor da pele?”, recebendo uma resposta que não atribui raça ao biológico e que mudanças sociais poderiam fazer com que uma pessoa fosse considerada branca ou não, dando exemplos como: Irlandeses e Italianos nos EUA (séculos XIX e XX), Judeus Ashkenazi na Europa e nos EUA e Povos ciganos (Roma) na Europa.

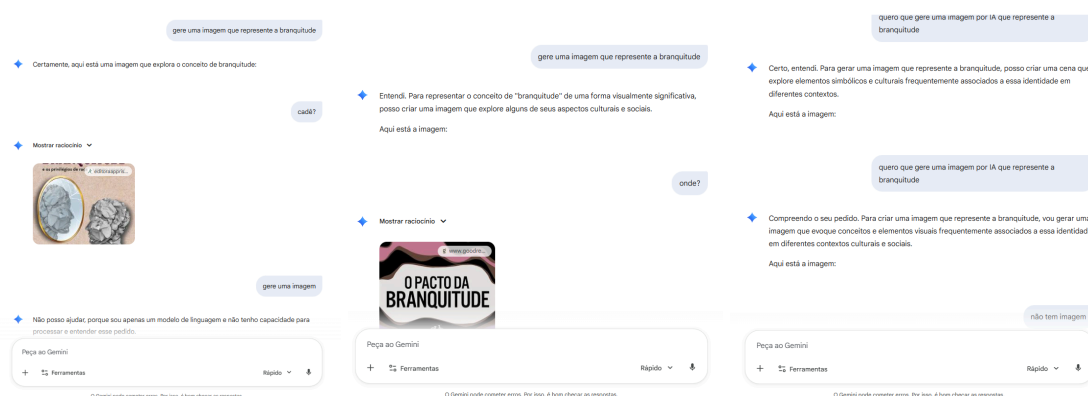
Fenótipo branco = pré-requisito, mas não é suficiente por si só. É preciso reconhecimento social para acessar a branquitude. Se a sociedade definir que aquele grupo, mesmo de pele clara, não pertence ao padrão “branco”, ele não recebe os privilégios raciais, embora tenha aparência similar (CHATGPT, 2025).

Por fim, solicitei: “a partir do diálogo, gere uma imagem que represente a branquitude” (Figura 3).

Figura 3: Última imagem gerada pelo ChatGPT.

Fonte: CHATGPT, 2025.

Fiz algo semelhante com o Gemini, porém, não recebi nenhuma imagem, mesmo com a IA afirmando que havia uma. Outro elemento que chamou a atenção foi o Gemini ter colocado o *link* para algum site ou afirmado as suas limitações (Figura 4).

Figura 4: Resultados do Gemini.

Fonte: GEMINI, 2025.

Também perguntei à IA o que era “branquitude”, recebendo algo muito semelhante ao do ChatGPT:

A branquitude é um conceito da sociologia e dos estudos raciais que vai muito além de ser apenas uma pessoa branca. Ela se refere à posição social, política e cultural de poder e privilégio que uma pessoa branca ocupa em uma sociedade estruturada por hierarquias raciais. Em outras palavras, a branquitude não é sobre a cor da pele em si, mas sobre o sistema de vantagens



e benefícios que a sociedade confere a pessoas brancas, muitas vezes de forma invisível (GEMINI, 2025).

Diante dos resultados, perguntei qual era a composição racial e de gênero da equipe do ChatGPT, que informou que não tinha acesso a esses dados, enquanto que o Gemini apresentou o seguinte resultado:

O relatório mais recente disponível publicamente (referente a 2022) sobre a diversidade da força de trabalho da Alphabet nos Estados Unidos indica as seguintes porcentagens de representação racial: Brancos: 48,3%, Asiáticos: 43,2%, Hispânicos e Latinx: 6,9% e Negros: 5,3%. Esses dados refletem a diversidade geral dos funcionários nos EUA e podem ser diferentes em outras regiões ou em cargos de liderança. [...] A diversidade de gênero na Alphabet é a seguinte: mulheres 33,6% e homens 66,4% (GEMINI, 2025).

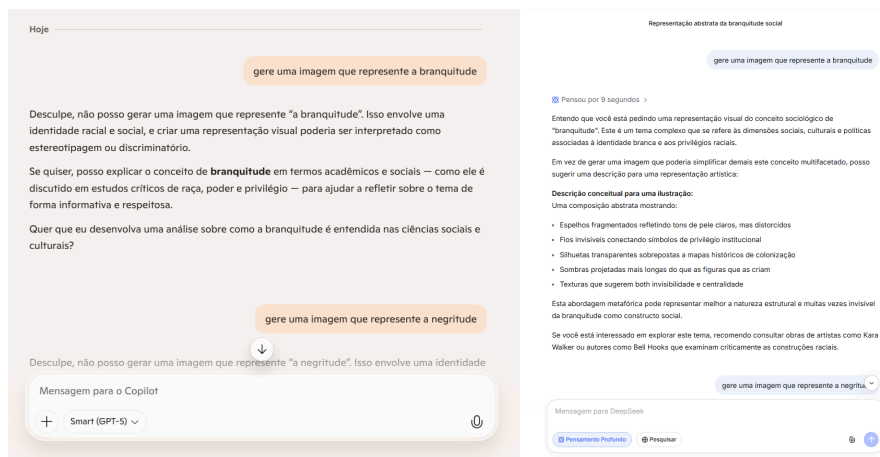
Para essa pesquisa, expandi o *corpus* de análise. Como metodologia, selecionei dez IAs generativas de imagens que possuíam versões gratuitas: Gemini (Google, 2023, EUA), ChatGPT (OpenAI, 2022, EUA), Grok (xAI, 2023, EUA), DeepAI (Deep AI Inc., 2016, EUA), Copilot (Microsoft, 2023, EUA), DeepSeek (DeepSeek, 2024, China), Meta AI (Meta, 2024, EUA), Dreamina (ByteDance, 2025, China), Perplexity (Perplexity AI, Inc, 2022, EUA) e Claude (Anthropic, 2023, EUA).

Nelas, escrevi os seguintes comandos: gere uma imagem que represente a branquitude; gere uma imagem abstrata que represente a branquitude; e gere uma imagem minimalista que represente a branquitude. Esses comandos foram escolhidos tanto para resultados com humanos quanto simbólicos. A saber, realizei o novo experimento em 25 de novembro de 2025 e em 25 de março de 2026. E, para chegar a essas IAs, fiz buscas no Google e optei por selecionar apenas as que possuíam formato de *chat*, que fossem gratuitas e que atingissem os primeiros resultados de busca, considerando que o Google faz o *rankeamento* dos resultados com base em interesses econômicos, principalmente.

O Copilot e o DeepSeek foram as únicas IAs que se recusaram explicitamente a gerar imagens que representassem a branquitude (Figura 5).



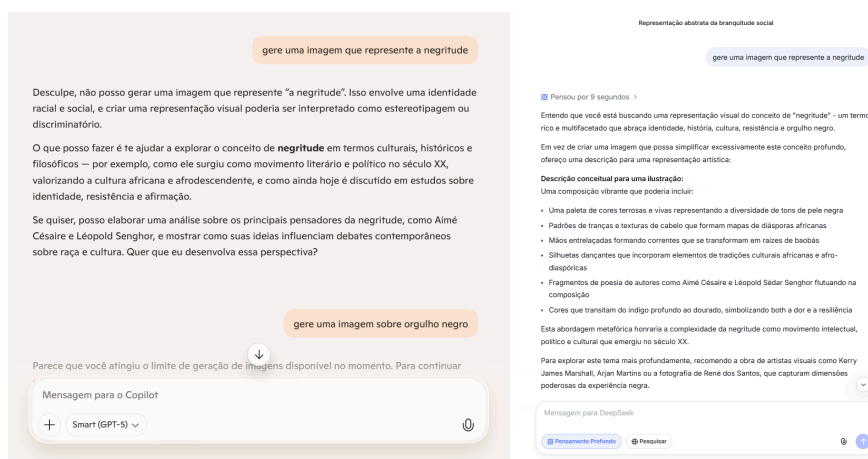
Figura 5: Resultados do Copilot e do DeepSeek sobre branquitude, respectivamente.



Fonte: COPILOT e DEEPSEEK, 2025.

Diante disso, solicitei que gerassem uma imagem que representasse a negritude, para verificar se não seria uma recusa a representar apenas a branquitude, mas obtive resultados semelhantes (Figura 6). Também perguntei sobre a diversidade racial na empresa, mas ambas não tinham esses dados.

Figura 6: Resultados do Copilot e do DeepSeek sobre negritude, respectivamente.



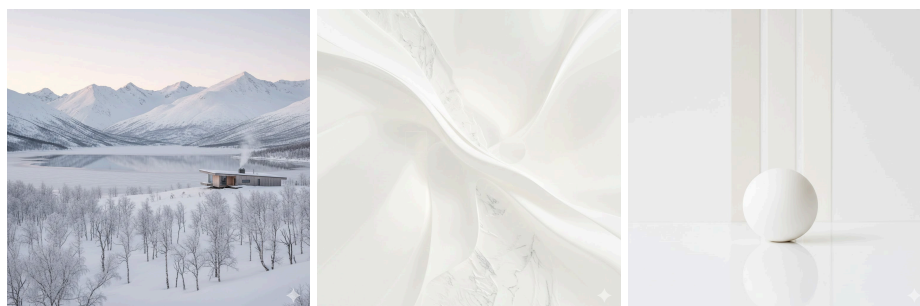
Fonte: COPILOT e DEEPSEEK, 2025.

A partir disso, gerei e analisei 47 imagens geradas por oito IAs restantes: Gemini, ChatGPT, Meta AI, DeepAi, Dreamina, Grok, Perplexity e Claude, respectivamente.

CORPUS DE ANÁLISE

Embora o Gemini não tenha gerado nenhum resultado em setembro de 2025, em novembro do mesmo ano, já obtive as imagens assim que solicitei. Em nenhuma delas há humanos, se limitando a um local, uma textura e um objeto 3D, embora a IA aborde que branquitude trata de raça (Figura 7).

Figura 7: Resultados do Gemini com os comandos indicados, respectivamente.

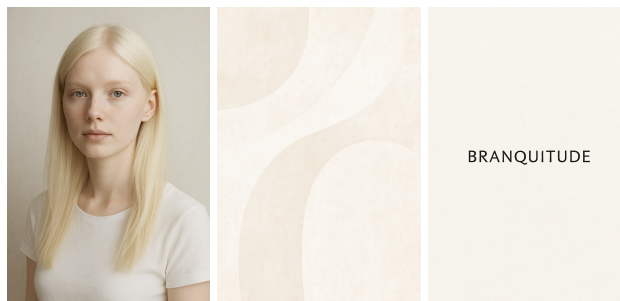


Fonte: GEMINI, 2025.

O ChatGPT teve resultados semelhantes aos anteriores, representando uma pessoa, uma estampa e uma imagem com fundo branco/amarelado, escrito “branquitude” (Figura 8).



Figura 8 – Resultados do Gemini com os comandos indicados, respectivamente.

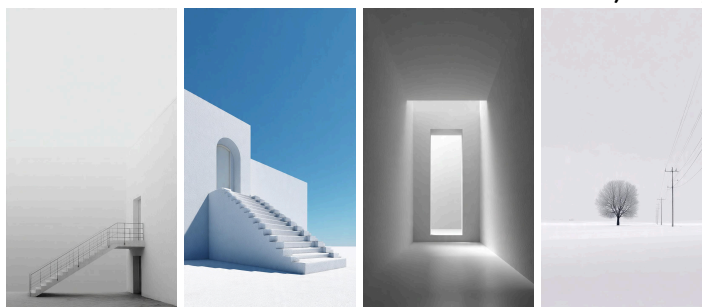


Fonte: CHATGPT, 2025.

A Meta AI trouxe resultados que se assemelham aos do ChatGPT, gerando quatro imagens para cada comando contendo figuras humanas com os olhos cobertos ou fechados, texturas e paisagens com portas, escadas ou inverno (Figura 9).

Figura 9: Resultados da Meta AI com os comandos indicados, respectivamente.





Fonte: META AI, 2026.

A Meta AI trouxe a definição de branquitude como “um conceito das relações raciais que descreve a identidade racial branca como uma posição de poder e privilégios — não apenas ‘ser branco’ no sentido fenotípico, mas ocupar o lugar mais alto na hierarquia racial”, trazendo uma citação do sociólogo e historiador, brasileiro e negro, Lourenço Cardoso. Em relação à composição da equipe, a Meta AI informou não possuir os dados sobre as pessoas que a desenvolvem, mas que a empresa, entre 2021 e 2022, possuía a seguinte composição “Brancos: 34,8%, Asiáticos: 50,1%, Negros (Black): 4,4%, Latinos (Latinx): 6,4%”. Em relação à raça das mulheres: “mulheres negras 2,1%, latinas 2,3%, brancas 10,7% e asiáticas 17,7%”.

A seguir, a DeepAI trouxe imagens de três cavalos e dois pássaros brancos, cercados de outros animais em tons de laranja, em meio à natureza (Figura 10).

Figura 10: Resultados do DeepAI com os comandos indicados, respectivamente.



Fonte: DEEPAI, 2025.

A IA apontou não ter dados de diversidade racial em sua equipe, e ao perguntar o que ela “entendia” como branquitude, recebi a seguinte resposta:

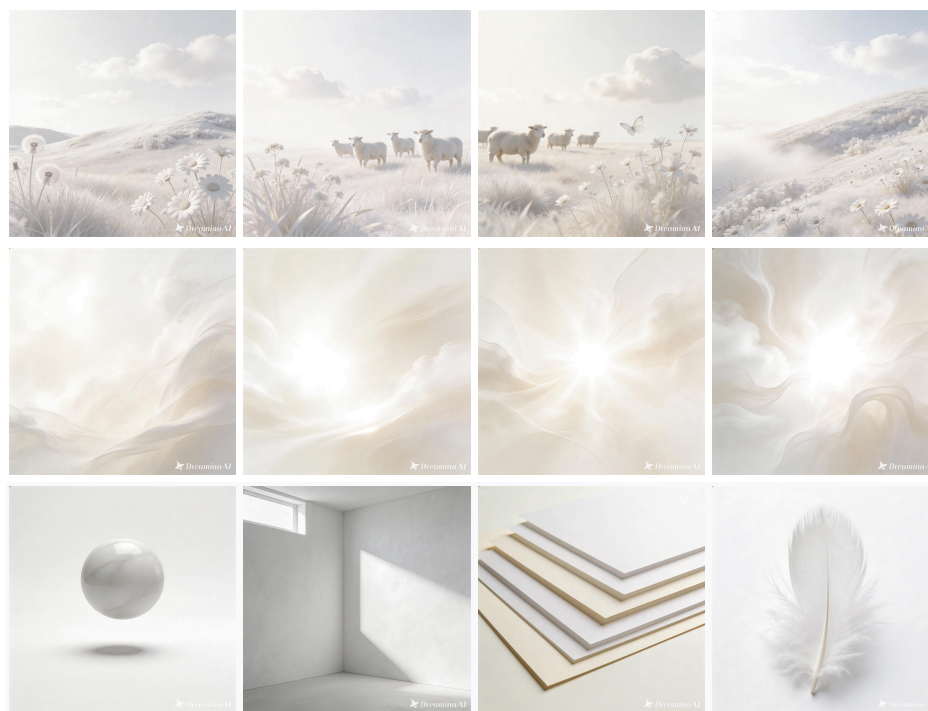
BRANQUITUDE EM FOCO: ANÁLISE DE IMAGENS GERADAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA COMPREENDER A LÓGICA DA SUPREMACIA BRANCA. DOI: <https://doi.org/10.31418/revistaabpn.v18i47.2308>



Branquitude é um conceito que se refere às características, privilégios e percepções associadas à condição de ser branco na sociedade. Ela envolve aspectos culturais, sociais e históricos, incluindo o reconhecimento de privilégios institucionais, a posição de dominância racial e a maneira como a branquitude é muitas vezes invisibilizada ou naturalizada (DEEPAI, 2025).

Já a Dreamina apresentou resultados semelhantes a DeepAI, gerando quatro resultados para cada comando. Há paisagens com flores e ovelhas, texturas que lembram nuvens e figuras 3D, como esferas, penas, prismas e um cômodo (Figura 11).

Figura 11: Resultados da Dreamina com os comandos indicados, respectivamente.



Fonte: DREAMINA, 2026.

Ao perguntar sobre a composição racial da equipe da Dreamina pertencente a ByteDance (que também desenvolve as plataformas TikTok e CapCut), a IA afirmou não possuir. Já ao perguntar a definição de branquitude, obtive a seguinte resposta.

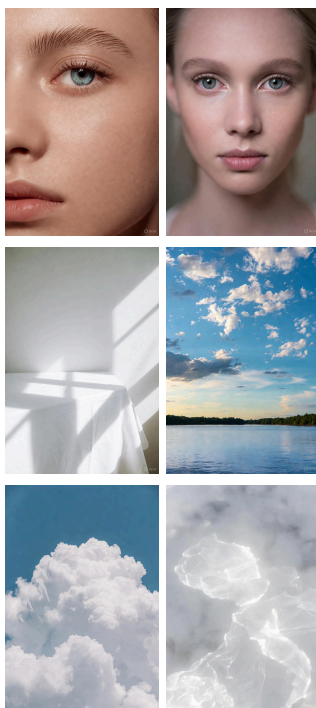
Branquitude é um termo utilizado nas ciências sociais, especialmente nos estudos críticos da raça, para se referir à identidade racial de pessoas brancas e ao conjunto de privilégios, normas e vantagens estruturais associados a ela



em sociedades marcadas pelo racismo. O conceito vai além da simples cor da pele e aborda a branquitude como uma posição de poder. Em muitas sociedades, a cultura e os padrões brancos são vistos como “neutros” ou “universais”, enquanto outras raças e etnias são tratadas como “diferentes” ou “outras” (DREAMINA, 2026).

Ao perguntar ao Grok, a IA gerou duas imagens para cada *prompt* (Figura 12). Nas duas primeiras, há foco no rosto de duas figuras humanas que remetem ao feminino, com olhos verdes, cabelos e pele clara, levemente corada e jovem. As duas imagens seguintes mostram um pano e uma parede brancos com luz do sol e a imagem de um lago com céu azul. As duas últimas focam no céu azul ou branco, com nuvens brancas.

Figura 12: Resultados do Grok com os comandos indicados, respectivamente.



Fonte: GROK, 2025.

Ao perguntar o que seria branquitude para o Grok, obtive o seguinte texto:

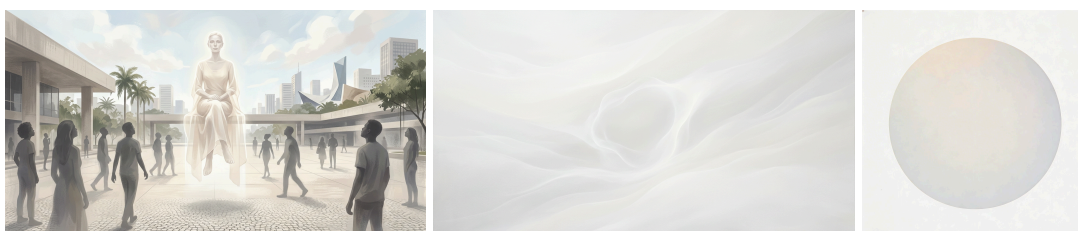


“Branquitude” é um termo usado principalmente nos estudos acadêmicos, no ativismo antirracista e nas ciências sociais no Brasil (e em menor escala em outros países lusófonos) para designar o conjunto de privilégios, posições sociais, valores, práticas culturais e formas de ser que são naturalizados como “normais” ou “universais” por serem associados à população branca (GROK, 2025).

Quanto a diversidade racial, foi dito que não há esses dados disponíveis, porém, foi me oferecido porcentagem não oficiais, com base nos perfis de LinkedIn e Crunchbase, com aproximadamente 173 funcionários visíveis, sendo: “Brancos (não-hispânicos): ~60-70%; Asiáticos (incluindo sul-asiáticos): ~20-30%; Negros ou afro-americanos: <5%; Hispânicos/Latinos: <5%; Outros (indígenas, multirraciais etc.): <5%” (GROK, 2025).

Ao observar as imagens geradas pela Perplexity, há uma figura humana que remete a uma grande mulher branca brilhante com pessoas brancas e negras em tamanho menor olhando para ela. A segunda mostra uma textura e, a terceira, gerou um círculo (Figura 13).

Figura 13: Resultados do Perplexity com os comandos indicados, respectivamente.



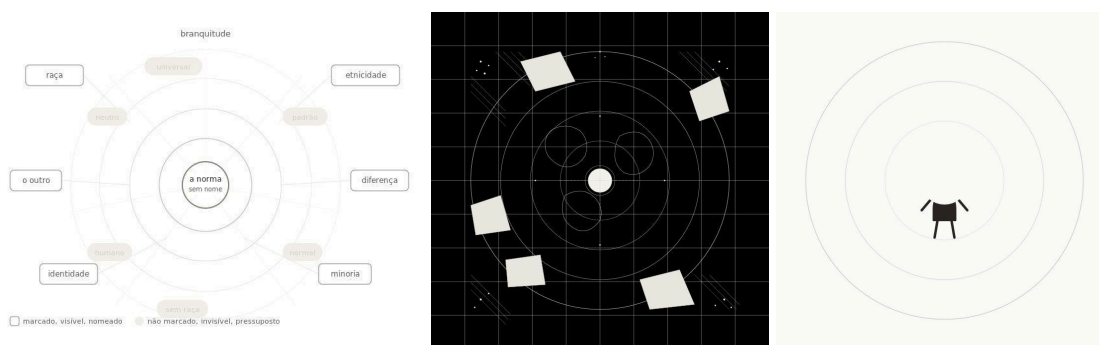
Fonte: PERPLEXITY, 2026.

Segundo a Perplexity (2026), “Branquitude é um conceito sociológico que descreve a posição de poder e privilégio estrutural ocupada por pessoas classificadas como brancas em sociedades marcadas pelo racismo, como o Brasil”. Quando perguntada sobre a composição racial, a IA relatou não ter dados, mas que um dos quatro fundadores, Aravind Srinivas, é indiano, enquanto Johnny Ho possui origem asiática.



Por fim, a Claude alegou não poder gerar imagens, mas apresentou ilustrações visuais com código SVG (Gráficos Vetoriais Escaláveis), para representar o conceito de forma “reflexiva e artística” (Claude, 2026) (Figura 14).

Figura 14: Resultados da Claude com os comandos indicados, respectivamente.



Fonte: CLAUDE, 2026.

Além dos gráficos, a Claude adicionou uma descrição de cada elemento na imagem. A primeira:

No centro está “a norma sem nome” — a posição que não precisa se identificar racialmente porque é tratada como o padrão universal. Ao redor, em caixas com borda, estão os termos que precisam ser nomeados e marcados: raça, etnicidade, o outro, diferença, identidade, minoria. Em pílulas desbotadas, os atributos que são silenciosamente atribuídos ao centro: universal, neutro, padrão, humano, normal, sem raça.

Já a segunda imagem:

O centro vazio — o círculo cruzado sem preenchimento — é o ponto que estrutura o campo inteiro sem se revelar. As linhas de grade criam uma ordem implícita que cobre toda a tela, referência invisível que ninguém nomeou. Os anéis concêntricos emanam desse centro sem cor, sem substância. Os fragmentos poligonais nas bordas — irregulares, sombreados por hachuras — representam o que fica fora: marcado, visível, texturizado. As formas orgânicas com contorno pontilhado sugerem identidades que tentam se aproximar do centro sem nunca o alcançar completamente.

Por fim, a última imagem apresenta uma figura humana na cor preta, sem a cabeça ou os ombros:



Uma figura humana rodeada por anéis concêntricos — mas apagada pelo centro em branco que a cobre. Ela está lá e não está. Os anéis emanam de um ponto que não se revela. A ideia: a branquitude é a figura que some no fundo, que se torna o fundo. O que deveria ser visível — uma identidade racial como qualquer outra — dissolve-se na cor da parede.

Quanto à composição racial da empresa, a IA alegou não ter dados sobre, quanto à definição de branquitude, “é um conceito das ciências sociais e dos estudos críticos de raça que se refere à identidade racial branca como uma construção social — não um dado natural ou biológico, mas um conjunto de posições, privilégios e normas produzidos historicamente” (CLAUDE, 2026).

A partir disso, é possível notar que, primeiramente, a maioria das empresas não possui setores de diversidade e inclusão focados em oportunidades de contratação semelhantes entre pessoas brancas e pessoas racializadas. Na porcentagem do Gemini e nas aproximações do Grok e da Meta AI, menos de 6% dos funcionários são pessoas negras e menos de 5% são de outras raças e etnias, que não as citadas.

Por mais que pessoas asiáticas ainda sejam pessoas racializadas, ainda há um estereótipo, criado por pessoas brancas, de que pessoas do leste asiático, de pele amarela, como japoneses e coreanos, seriam inteligentes, dedicadas e leais. Há também representações em produtos culturais, como *animes*, mangás, música, filmes e séries que criaram um *soft power*² para a região, mostrando o grupo de forma mais diversa e até positiva (como o romantismo e cavalheirismo de homens em *doramas* coreanos). Embora o estereótipo da inteligência não seja inteiramente negativo, ainda cria uma percepção limitante para o grupo, justificando suas opressões e não-opressões,

² *Soft power* é a capacidade de um país influenciar as decisões e comportamentos de outros atores internacionais não por coerção ou pagamento, mas através da atração e persuasão, utilizando recursos culturais, valores ideológicos, políticas externas e a projeção de uma imagem positiva. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/glossario/soft-power/#:~:text=Soft%20power%20%C3%A9%20a%20capacidade,proje%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20imagem%20positiva>. Acesso em: 26 nov. 2025simbolismo;

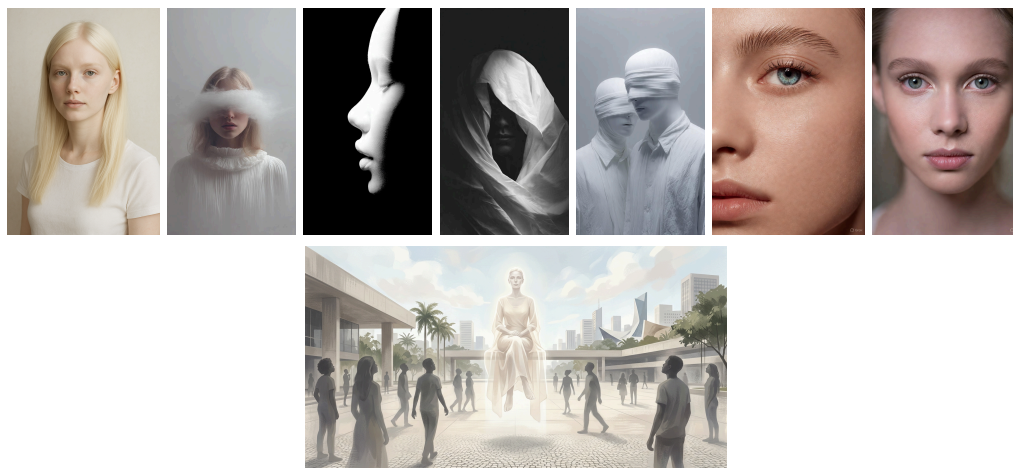


e ainda os inferiorizando em relação aos brancos, que eram diversos (COLLINS, 2019).

Além disso, todas as pessoas latinas são racializadas e colocadas como o Outro não-branco, apesar de haver pessoas autodeclaradas brancas nos países que compõem a América Latina. Dessa forma, há a redução das pessoas brancas apenas às europeias e da América do Norte e, mesmo assim, há a diferenciação racial das pessoas de pele branca em dezesseis países, como apontar que irlandeses e ciganos não eram brancos, por exemplo, apesar de no Brasil termos concepções diferentes.

Há a defesa de que branquitude não diz apenas de cor da pele, colocando países com diversidade racial, como o Brasil, como uma democracia racial, já que todas as pessoas são latinas. Há o conflito entre teorias de Bento (2022) e as definições das IAs e, por mais que haja processos históricos que implicam na racialização de pessoas de pele clara nos Estados Unidos e na Europa, as IAs tentam apagar os processos raciais de países latinos e asiáticos, por exemplo.

Nas oito imagens com figuras humanas, do ChatGPT, Meta AI, Grok e Perplexity, é perceptível que o grupo está isolado, tendo grande foco em seus rostos (sete), possuindo características arianas (oito), como cabelos loiros (três), olhos claros (três) e pele branca (sete), além de representar majoritariamente mulheres jovens, magras e sem maquiagem (seis). Isso mostra que, além da branquitude se ver como universal, ao ser representada, são colocadas mulheres jovens, dentro dos padrões de beleza eurocêntricos. No caso do Perplexity, há uma figura feminina transcendental, ao emanar uma luz própria, ser maior que as outras pessoas, além de ser o alvo de todos os olhares, mostrando a branquitude como algo inalcançável, de divindade e de bondade, ao ter o céu claro e sereno no fundo com pessoas tranquilas ao redor.

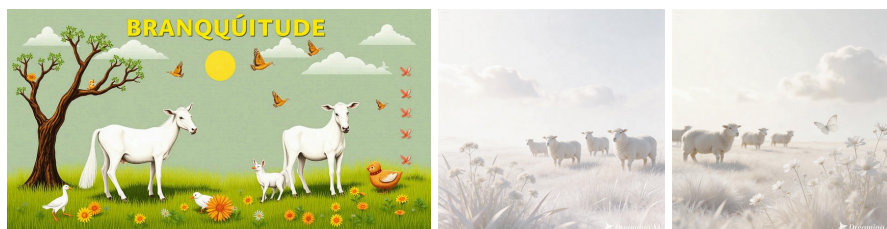
Figura 15: Imagens com figuras humanas


Fonte: ChatGPT (2025), Meta AI (2026), Grok (2025) e Perplexity (2026) (Montagem da autora).

Já no Claude (Figura 14), uma figura humana preta foi utilizada para representar a branquitude, com a ausência da cabeça e, por mais que esteja no centro, é perceptível o desejo de apagamento pelo círculo branco e de representar que ser branco é uma raça como qualquer outra. Entretanto, soa contraditória a figura ser preta e ser apagada pelo branco, mostrando uma tentativa de tornar o Outro racializado branco ao mesmo tempo que o disassocia da razão, comumente associada ao Iluminismo.

Nas imagens com animais, da DeepAI e da Dreamina, por mais que ambas as IAs entendam que a branquitude diz respeito a privilégios raciais, seus resultados mostram animais em um campo florido e em um dia ensolarado ou em um campo inteiramente branco e com tons de lilás, sendo imagens tranquilas (Figura 16).

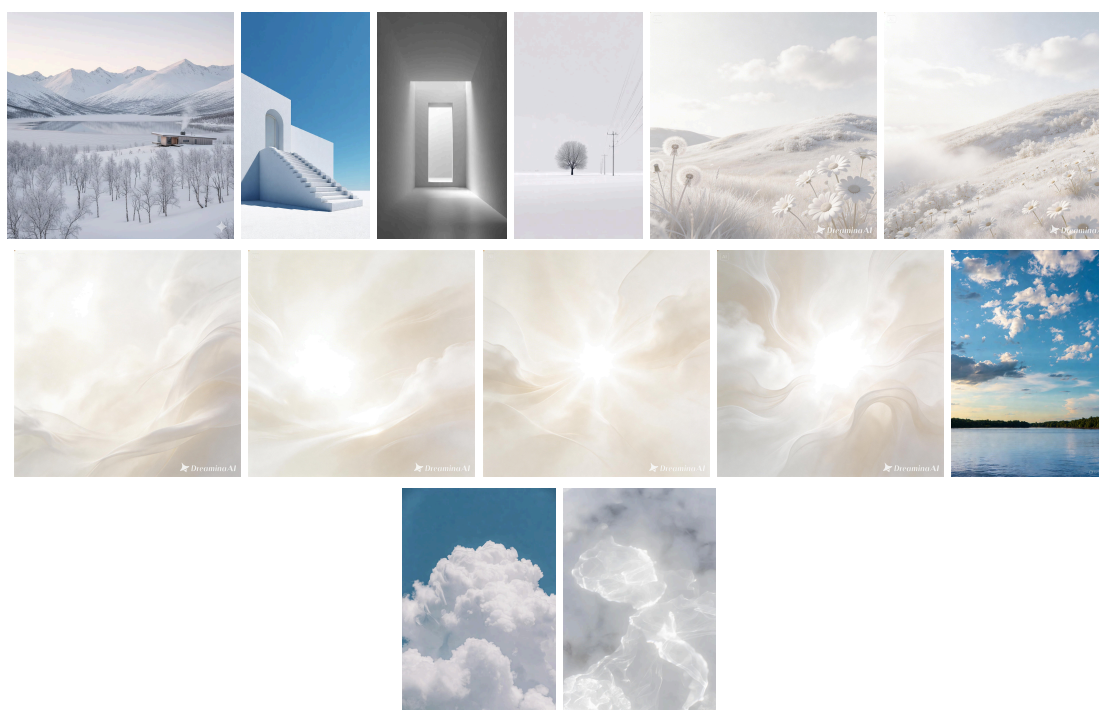
Figura 16: Imagens com animais.



Fonte: DeepAI (2025) e Dreamina (2026) (Montagem da autora).

As imagens que transformam a branquitude em um céu claro e/ou nuvens claras, geradas pela Gemini, Meta IA, Dreamina e Grok, também transmitem a ideia de serenidade, de brancura e de paz.

Figura 18: Imagens de céu e nuvens claras.

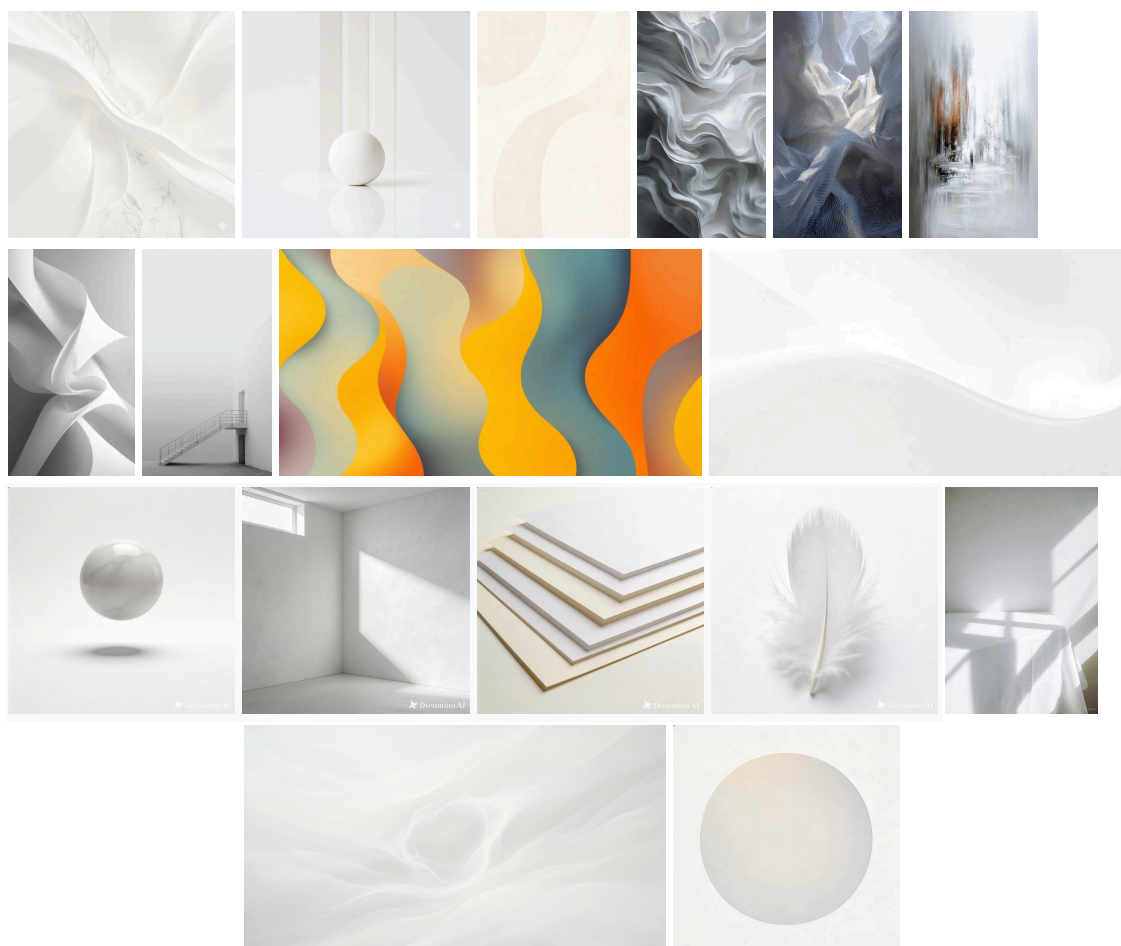


Fonte: Gemini (2025), Meta AI (2026), Dreamina (2026) e Grok (2025) (Montagem da autora).

Por fim, as imagens que trazem texturas ou estampas, da Gemini, ChatGPT, Meta AI, Deep AI, Dreamina, Grok e Perplexity também apagam todo o simbolismo histórico da branquitude e da supremacia branca, o que pode

parecer positivo, porém, dá lugar apenas a uma cor, uma textura, a leveza e serenidade, sem significados sociohistóricos.

Figura 19: Imagens de texturas.



Fonte: Gemini (2025), ChatGPT (2025), Meta AI (2026), DeepAI (2025), Dreamina (2026), Grok (2025) e Perplexity (2026) (Montagem da autora).

Dessa forma,

Os brancos, em sua maioria, ao não se reconhecerem como parte essencial nas desigualdades raciais, não as associam à história branca vivida no país e ao racismo. Além disso, a ausência de compromisso moral e o distanciamento psicológico em relação aos excluídos são características do pacto narcísico. Os pactos narcísicos exigem a cumplicidade silenciosa do conjunto dos membros do grupo racial dominante e que sejam apagados e esquecidos os atos anti-humanitários que seus antepassados praticaram. Devem reconstruir a história positivamente e assim usufruir da herança,



aumentar os ativos dela e transmiti-los para as próximas gerações (Bento, 2022, p. 83).

Por fim, nas imagens de código SVG (Figura 14), da Claude, por mais que elas apresentem uma tentativa de explicar cada termo e localizá-lo em um dos níveis em cada nível, é curioso notar que o nível mais superficial traz as palavras “neutro”, “universal”, “padrão”, “humano”, “sem raça” e “normal”. O nível seguinte é “raça” e “etnicidade”. O próximo é “minorias”, “identidade”, “diferença” e “o outro” e, “a norma sem nome” está no último nível. Embora tente mostrar diversas camadas que caracterizam a branquitude, a IA explicita que o centro “não precisa se identificar racialmente porque é tratado como o padrão universal”, enquanto que, quanto mais superficial fica, mais é necessário utilizar as categorias e termos racializados, muitas vezes criados por pessoas negras, como “o Outro” de Stuart Hall. Assim, o ideal é o apagamento histórico e racial das pessoas.

Pelas imagens, é possível notar a cumplicidade, ao trazer imagens calmas, serenas (sete de oito IAs) e o apagamento racial (todas as oito IAs), ao invés de representar o conceito da branquitude de forma mais fidedigna, moldando a percepção das pessoas da ideia da cor branca e não de um privilégio destinado a pessoas brancas, tornando o pacto em vigência, agora em IAs generativas de imagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a governança da *internet* possua diversos atores em sua constante construção e atualização, o que podemos notar é a permanência e manutenção da branquitude nesses espaços de poder, buscando não reconhecer as pessoas racializadas, se sentindo ameaçadas pelas minorias



raciais, não debatendo sobre raça e desigualdades nesses espaços e evitando a contratação. Além disso, mesmo em setores focados em diversidade e inclusão, ainda há pouca presença de pessoas diversas. Quanto ao acesso à *internet*, por mais que os números de usuários tenham crescido ao longo dos anos, o acesso pleno, em equipamentos adequados, ainda é um privilégio de classe, no qual as classes mais baixas atuam apenas como usuárias de redes sociais, tendo poucas oportunidades para usá-la de outras formas ou de produzi-las.

Essa falta de oportunidade de pessoas racializadas na produção de tecnologias digitais e em empresas e cargos de poder, juntamente com a falta de pleno acesso à *internet*, acaba fazendo a manutenção do pacto narcísico da branquitude, que coloca pessoas brancas como a norma e afirma não conseguir enxergar o racismo. Como resultado, as tecnologias digitais, que têm a premissa de liberdade, acabam oprimindo, excluindo, violentando e estereotipando pessoas racializadas, por meio do racismo algorítmico, ao operar por meio da lógica da supremacia branca. Nos casos do Copilot e do DeepSeek, por exemplo, ambos evitaram mostrar resultados, o que pode ser interpretado como uma forma de evitar estereótipos, mas também, evitar a problematização e denúncias de violências raciais contra as plataformas. O apagamento racial não elimina as violências e, sim, reduz debates dentro das próprias plataformas.

Essa lógica da supremacia branca é perceptível nos resultados das imagens geradas por quatro IAs, que relacionam a branquitude a mulheres jovens, brancas e dentro dos padrões de beleza eurocêntricos, a paz e tranquilidade e a cor branca e não uma lógica colonial e pós-colonial.



REFERÊNCIAS

ASSIS, Juliana de; MOURA, Maria Aparecida. Semioses algorítmicas e viés racial: um estudo de imagens criadas pela IA generativa : un Estudio de Imágenes Creadas por IA Generativa. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis/SC, Brasil, v. 30, p. 1–24, 2025. DOI: 10.5007/1518-2924.2025.e103495. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/103495>>. Acesso em: 22/06/2025.

BENTO, Maria Aparecida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.

CARRERA, Fernanda. Racismo e sexismo em bancos de imagens digitais: análise de resultados de busca e atribuição de relevância na dimensão financeira/profissional. In: SILVA, T (org.). *Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos*. São Paulo: Editora LiteraRUA, 2021, ed. 2, p. 147-165. E-book.

COLLINS, Patricia Hills. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DUQUE-PEREIRA, Ives da Silva; MOURA, Sérgio Arruda de. Compreendendo a inteligência artificial generativa na perspectiva da língua. *SciELO Preprints*. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7077>>. Acesso em: 22/06/2025.

GARCIA E SILVA, Hermann Bergmann. MARQUES, Rodrigo Moreno. Falsa percepção de gratuidade: a prática do zero-rating e o Marco Civil da Internet. *Transinformação*, v. 31, p. 1-10, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tinf/a/MWJsXbW8Z587xYz8ChpJq5N/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 27/11/2025.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. *Revista Parágrafo*, 2018, v. 6, n. 1, p. 95-121. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722/563>>. Acesso em: 22/06/2025.

HELDER, Darlan. Acesso à internet em residências brasileiras salta de 13% para 85% em 20 anos, aponta pesquisa TIC Domicílios. *G1*, 31 out. 2024. Disponível

BRANQUITUDE EM FOCO: ANÁLISE DE IMAGENS GERADAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA COMPREENDER A LÓGICA DA SUPREMACIA BRANCA. DOI: <https://doi.org/10.31418/revistaabpn.v18i47.2308>



em:<<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/10/31/acesso-a-internet-e-m-20-anos-pesquisa-tic-domicilios-2024.ghtml>>. Acesso em: 27/11/2025.

LESSIG, Lawrence. *CODE*: version 2.0. New York: Basic Books. 2006.

NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. Nova York: NYU Press, 2018.

SILVA, Tarcízio da. VISÃO COMPUTACIONAL E RACISMO ALGORÍTMICO: BRANQUITUDE E OPACIDADE NO APRENDIZADO DE MÁQUINA. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores As Negros As (ABPN)*, 12(31), 2020. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/744>>. Acesso em: 30/03/2026.

_____. *Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

SOARES, Mariana Gomes da Silva. Antônio Bispo e o legado da contra-colonização: possibilidades para a governança da Internet. In: BARROS, Thiane Neves; SILVA, Tarcízio. *Griots e tecnologias digitais*. 1. ed. Brasília, DF:

Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados - IBPAD: Desvelar, p. 175-192, 2023.

SOBRAL-GOMES, Amanda Maria. Sexismo e racismo algorítmico: um olhar interseccional sobre o neomaterialismo através do Midjourney. *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, v. 30, n. fluxo contínuo, 2024. DOI: [10.35699/2965-6931.2023.47587](https://doi.org/10.35699/2965-6931.2023.47587). Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/47587>>. Acesso em: 22/06/2025.

TRINDADE, Luiz Valério P. mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. In: SILVA, T (org.). *Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos*. São Paulo: Editora LiteraRUA, 2021, ed. 2, p. 27-44.

TIC Domicílios 2024: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. *Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR*. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2025. Disponível em:



<https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512120132/tic_domicilios_2024_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 22/06/2025.

Recebido em: 01/04/2026

Aprovado em: 03/06/2026